



## Acórdão 00647/2022-5 - 2ª Câmara

**Processo:** 01215/2021-3

**Classificação:** Omissão de Resumo de Concursos do Exercício Anterior

**Exercício:** 2020

**UG:** PMM - Prefeitura Municipal de Montanha

**Relator:** Marco Antônio da Silva

**Responsável:** IRACY CARVALHO MACHADO BALTAR FILHA

**OMISSÃO NA REMESSA DO RESUMO DE  
CONCURSOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR –  
REFERENTE AO ANO DE 2020 – NÃO  
APRESENTAÇÃO DE DEFESA – HOMOLOGAÇÃO,  
EM 18/2/2021 – COMINAR MULTA – CIÊNCIA –  
ARQUIVAR.**

1. A homologação da Remessa RCA, relativa ao ano de 2020 pela responsável, em 18/2/2021, após o prazo regulamentar vencido em 1/2/2021, sem justificativas, impõe a cominação de multa à responsável, nos termos do Auto de Infração Eletrônico – Termo de Notificação Eletrônico 70/2021.

**O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA  
SILVA:**

Cuidam os presentes autos de Omissão/Atraso no Encaminhamento da Remessa de Resumo de Concursos Anteriores – RCA, da Prefeitura Municipal de

Montanha, referente ao exercício de 2020, sob a responsabilidade da **Sra. Iracy Carvalho Machado Baltar Filha**, por meio do Sistema *CidadES* deste Tribunal de Contas, na forma prevista na IN/TC 38/2016.

Consta dos autos que a responsável fora notificada eletronicamente - Termo de Notificação Eletrônico 00070/2021-1 - Auto de Infração Eletrônico, visando o cumprimento da obrigação de encaminhamento da remessa, bem como para aplicar a multa decorrente da inobservância do prazo legal, nos termos do art. 3º da IN/TC 38/2016 c/c art. 28, da IN/TC 68/2020 e artigo 135, inciso IX, além do § 4º, da Lei Complementar Estadual 621/2012 c/c o artigo 389, inciso VIII, e § 1º, da Resolução TC 261/2013.

A gestora responsável tomou ciência do Auto de Infração, em 3/2/2021, sendo fixado para 18/2/2021 o prazo para cumprir a obrigação e pagar a multa, ou apresentar defesa, data em que foi cumprida a obrigação com a remessa/homologação do RCA, dentro do prazo de 15 dias fixado, nos termos do inciso IV, do § 2º, do art. 28 da IN/TC 68/2020, não tendo apresentado defesa.

A área técnica, através do NRP - Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva – ITC 01203/2022-3, opinou pela **aplicação de multa, no valor de R\$ 1.000,00**, na forma do art. 3º, da IN/TC 38/2016 c/c art. 28, da IN/TC 68/2020, e art. 135, inciso IX, da Lei Complementar Estadual 621/2012 c/c o art. 389, inciso IX, da Resolução TC 261/2013, com **arquivamento** dos autos, após esgotados os procedimentos de cobrança da multa aplicada.

O Ministério Público Especial de Contas, nos termos do Parecer 01423/2022-6, de lavra do Procurador, Dr. Luciano Vieira, em consonância com a área técnica, pugnou no mesmo sentido.

Conforme regular distribuição vieram os autos a este magistrado de contas para emissão de relatório e voto para efeito de deliberação do Colegiado, na forma do art. 29 do Regimento Interno, Resolução TC 261/2013.

**É o sucinto relatório.**

## V O T O

Tendo sido formalizado processo relativo à Omissão/Atraso no Encaminhamento da Remessa de Resumo de Concursos Anteriores – RCA da Prefeitura Municipal de Montanha, referente ao exercício de 2020, em comento, necessário é sua análise para posterior julgamento, em razão da documentação que lhe deu suporte.

### 1. CONSIDERAÇÕES DE FATO E DE DIREITO:

Da análise dos autos, constato que a área técnica, através do NRP - Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva – ITC 01203/2022-3, opinou pela **aplicação de multa, no valor de R\$ 1.000,00**, na forma do art. 3º, da IN/TC 38/2016 c/c art. 28, da IN/TC 68/2020 e art. 135, inciso IX, da Lei Complementar Estadual 621/2012 c/c o art. 389, inciso IX, da Resolução TC 261/2013, com **arquivamento** dos autos, após esgotados os procedimentos de cobrança da multa aplicada.

Assim, transcreve-se o posicionamento da área técnica, através do NRP - Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva – ITC 01203/2022-3, *verbis*:

[...]

### 3 CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto, considerando que o gestor da **Prefeitura Municipal de Montanha** incorreu na conduta de inobservância do prazo estabelecido para a remessa Resumo de Concursos Anteriores do exercício de 2020; que o inciso IX do artigo 135 da LC 621/2012 prevê a aplicação de penalidade de multa quando constatada a inobservância de prazos legais ou regulamentares para remessa ao Tribunal de Contas, sem estabelecer lapso temporal de tolerância ao atraso; que a natureza coercitiva da penalidade exige tão somente a caracterização do ato infracional e a indicação do responsável pelo mesmo; e, que não há nos autos elementos para descaracterizar o descumprimento do prazo na remessa dos dados ou que fossem aptos a afastar sua responsabilidade, **conclui-se pela procedência do Auto de Infração Eletrônico - Termo de Notificação Eletrônico 70/2021**, uma vez que todos os requisitos para a formação do mesmo foram observados, bem como o rito processual estabelecido. Dessa forma, **propõe-se**:

- a) **A edição de Acórdão para aplicação de multa ao responsável, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos do art. 3 da IN 38/2016 c/c art. 28 da IN 68/2020 e art. 135, inciso IX, da Lei Complementar Estadual 621/2012 e art. 389, inciso IX, do Regimento Interno deste Tribunal (aprovado pela Resolução TC 261/2013);**
- b) **O arquivamento dos autos, após esgotados os procedimentos relacionados à cobrança da multa indicada. (g.n).**

O Ministério Público Especial de Contas, nos termos do Parecer 01423/2022-6, de lavra do Procurador, Dr. Luciano Vieira, acompanhou a área técnica, na íntegra, nos termos da sua manifestação.

O subscritor da Instrução Técnica Conclusiva - ITC, em suas argumentações, alegou, em síntese, o seguinte:

- Ante a não apresentação de defesa, não há questionamento quanto à identificação do responsável, tampouco quanto a violações aos requisitos para a formação do auto de infração;

- O prazo de entrega da remessa RCA findou em 1/2/2021, sendo que, em 3/2/2021 foi dada ciência à gestora, fixando-se o prazo para cumprimento da obrigação e pagamento da multa com 50% de desconto até 18/2/2021, data em que ocorreu a homologação da remessa, não sendo paga a multa com 50% de desconto, nem apresentada defesa;

- O pagamento da multa com 50% de desconto pressupõe a regularização da remessa no prazo estabelecido no auto de infração, conforme os §§ 3º, 4º e 5º do art. 28 da IN 68/2020, como transcrita:

[...]

§ 3º Até a data do vencimento expressa no auto de infração eletrônico, **se regularizada a inadimplência da obrigação, a multa prevista no § 1º deste artigo poderá ser paga com desconto de 50% (cinquenta por cento) do seu valor.**

§ 4º A não apresentação de defesa, o pagamento da multa **e o adimplemento da obrigação, no prazo fixado, importarão no encerramento e arquivamento automático do auto de infração eletrônico, pelo exaurimento do seu objeto.**

§ 5º A apresentação de defesa, o não pagamento da multa constante do auto de infração eletrônico ou **o não adimplemento da obrigação, no prazo fixado, enseja a autuação de processo de controle externo**, prosseguindo-se o rito nos termos regimentais. g.n.

- Considerando que o gestor adimpliu a obrigação dentro do prazo fixado no auto de infração, porém, não pagou a multa no mesmo prazo, fica inviabilizado o aproveitamento do desconto de 50% previsto no § 3º, do art. 28, da IN 68/2020, sendo devido o recolhimento integral da multa aplicada no valor de R\$ 1.000,00, nos termos do auto de infração;

- Ressaltou, por fim, que a multa tipificada no art. 28 da IN 68/2020 possui espécie coercitiva e que o gestor é a autoridade responsável para encaminhar a remessa em questão, nos termos do art. 9º da IN 38/2017, não havendo nos autos, elementos que possam afastar sua responsabilidade pelo descumprimento do prazo estabelecido, ficando ele sujeito a sanção independente de comunicação prévia nos termos do § 4º e inciso IX do art. 135 da LCE 621/2012.

Da análise detida do feito, verifico, inicialmente, que na data de 11/12/2020 foram publicadas duas Instruções Normativas alterando a IN/TC 38/2016, quais sejam: a IN 68/2020, com efeitos a partir de 1/1/2021, que institui o auto de infração, e, a IN 69/2020, com efeitos a partir de 17/11/2020, sendo que tais alterações causaram dificuldades para os jurisdicionados.

Considerando a ausência de manifestação do gestor responsabilizado, entendo não haver o que debater, no caso concreto, sendo certo, de acordo com as alterações da IN 38/2016, trazidas pela IN 68/2020, que não há abertura para dispensa do pagamento da multa aplicada de forma coercitiva.

Verifico, ainda, conforme reconhecido e demonstrado na ITC, que o prazo para homologação da Remessa Resumo de Concursos Anteriores, referente ao ano de 2020, venceu no dia 31 de janeiro de 2021 (domingo), prazo prorrogado até 1/2/2021 e a homologação ocorreu no dia 18 de fevereiro de 2021, sem justificativas, inobservando-se o prazo previsto na IN 38/2016, ainda que dentro do prazo fixado no Termo de Notificação Eletrônico 00070/2021-1 – Auto de Infração Eletrônico.

Segundo disposto no § 4º, do art. 28 da IN/TC 68/2020, o pagamento da multa e o adimplemento da obrigação, no prazo fixado, ainda que não apresentada defesa, importarão no encerramento e arquivamento automático do auto de infração eletrônico, pelo exaurimento do seu objeto.

No caso concreto, ocorreu o adimplemento da obrigação dentro do prazo fixado no Termo de Notificação Eletrônico 70/2021, não sendo apresentada defesa nem paga a multa com 50% de desconto (§ 3º), o que leva à aplicação do § 5º, segundo o qual, ainda que apresentada defesa, o não pagamento da multa, ou o não adimplemento da obrigação, no prazo fixado, enseja a autuação de processo de controle externo, prosseguindo-se o rito nos termos regimentais.

O § 3º, do mesmo artigo, estabelece que até a data de vencimento expressa no auto de infração eletrônico, se regularizada a inadimplência da obrigação (que foi o caso), a multa prevista no § 1º deste artigo poderá ser paga com desconto de 50%, o que não ocorreu.

Posto isto, acolho o entendimento técnico, bem como do *Parquet* de Contas no sentido de cominar a multa, no valor de R\$ 1.000,00 à gestora, considerando que a omissão foi sanada, em 18/2/2021, sem justificativas do responsável pelo atraso e sem o pagamento da multa com desconto de 50%.

## 2. DO DISPOSITIVO:

Ante o exposto, acompanhando o posicionamento da área técnica, e do Ministério Público Especial de Contas, proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de **ACÓRDÃO** que submeto à sua consideração.

**MARCO ANTONIO DA SILVA**

**Relator**

### 1. ACÓRDÃO TC-647/2022:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas, em:

**1.1. RECONHECER** a procedência do Auto de Infração Eletrônico – Termo de Notificação Eletrônico 00070/2021-1 e **COMINAR MULTA** pecuniária, no valor de **R\$ 1.000,00**, à Sra. **Iracly Carvalho Machado Baltar Filha**, por omissão/atraso na Remessa Resumo de Concursos Anteriores, referente ao ano de 2020, da Prefeitura Municipal de Montanha, homologada em 18/2/2021, tendo o prazo regulamentar vencido em 1/2/2021, conforme as razões antes expendidas;

**1.2. ENCAMINHAR** os autos ao Ministério Público Especial de Contas para acompanhamento e providências quanto ao decidido;

**1.3. ARQUIVAR** os presentes autos, após o respectivo trânsito em julgado e execução do Acórdão prolatado, dando-se **CIÊNCIA** aos interessados.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 20/05/2022 – 19ª Sessão Ordinária da 2ª Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Manoel Nader Borges (presidente), Domingos Augusto Taufner e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha.

4.2. Conselheiro substituto: Marco Antonio da Silva (relator).

5. Fica o responsável obrigado a comprovar perante o Tribunal o recolhimento do débito e/ou da multa aplicada, no prazo de trinta dias, contados a partir da publicação deste Acórdão, nos termos do art. 454, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal. Quando cabível recurso, os prazos para interposição encontram-se previstos no Título VIII do mesmo diploma normativo.

CONSELHEIRO SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

**Presidente**

CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA

**Relator**

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

CONSELHEIRO LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS LUCIANO VIEIRA

**Em substituição ao procurador-geral**

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

**Subsecretária das Sessões**